

# Brasil se beneficia com decisão

Se o Fundo Monetário Internacional decidir formalmente aumentar as quotas de seus países membros em 50%, o Brasil já poderá sair ganhando em fevereiro ou março, quando for liberada a primeira parcela do crédito ampliado que está sendo negociado esses dias entre o Governo e a missão do FMI no Brasil, admitiu ontem o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni. Em vez de 600 milhões de dólares (40% do 1,5 bilhão que poderia receber em 1983), o país já receberia 900 milhões de dólares.

Um crédito do tipo **extended credit facility** — que o Brasil está pedindo ao FMI — significa que um país pode receber 150% da sua quota no Fundo por ano, durante um total de três anos. A sua quota atual, de cerca de 1 bilhão de dólares, dá ao país o direito de negociar um empréstimo de 4,5 bilhões de dólares, durante três anos, quantia que cresce para 6 bilhões. 750 milhões de dólares com o provável aumento da quota de 50%.

Anualmente, o país tomador pode

receber um terço do crédito total negociado (com o aumento das quotas, o Brasil receberia 2 bilhões 250 milhões de dólares, por ano). Segundo Langoni, o FMI normalmente desembolsa, logo após a aprovação do crédito, 40% dos recursos a que o país tem direito durante o primeiro ano — o que corresponderia a 900 milhões de dólares, com o aumento da quota.

O presidente do BC revelou que a reunião de hoje, no Rio, entre as autoridades econômicas e os técnicos que integram a missão do FMI no Brasil será decisiva. Nela, será acertado o conteúdo da carta de intenções que o Brasil enviará ao diretor-executivo do Fundo, Jacques de Larosière, por volta do dia 15. Segundo Langoni, entre o recebimento da carta e a aprovação do crédito pelo **board** (conselho) do FMI transcorrem apenas três semanas.

— Já estamos na reta final, e há consenso generalizado quanto a princípios de política econômica. Faltam apenas alguns detalhes quantitativos — disse Langoni.